

Detalhe de Oferta de Emprego

| | |
|--|---|
| Código da Oferta: | OE202601/0562 |
| Tipo Oferta: | Procedimento Concursal para Cargos de Direção |
| Estado: | Ativa |
| Nível Orgânico: | Ministério das Finanças |
| Organismo | Entidade Orçamental |
| Regime: | Cargos não inseridos em carreiras |
| Cargo: | Direcção Intermédia de 1º grau |
| Área de Actuação: | As funções inerentes ao cargo são as previstas no artigo 3º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio. |
| Remuneração: | 3742,10 |
| Suplemento Mensal: | 1122.64 EUR |
| Conteúdo Funcional: | <p>Ao Departamento de Análise e Prestação de Contas compete, designadamente:</p> <p>a) Emitir instruções e esclarecimentos no âmbito das várias fases do processo orçamental e assegurar, de forma centralizada, o cumprimento das normas e instruções orçamentais;</p> <p>b) Obter, recolher e garantir a qualidade dos elementos financeiros que integram a proposta de Orçamento do Estado, assegurando a coerência global dos mesmos, acompanhando os trabalhos relativos à aprovação na Assembleia da República;</p> <p>c) Assegurar a construção e manutenção de um quadro integrado e sistemático de controlos orçamentais, diagnósticos ou de pontos de situação e apuramento de impactos de medidas de política e de gestão orçamental, vertendo em relatórios periódicos;</p> <p>d) Coordenar o processo de preparação das contas do Estado nas suas várias vertentes, como definido nos termos da Lei do Enquadramento Orçamental, assegurando ainda a preparação de outros elementos de prestação e divulgação de contas;</p> <p>e) Acompanhar e articular com os órgãos e entidades competentes as matérias relacionadas com a tesouraria do Estado, estritamente na vertente da conciliação com a contabilidade do Estado;</p> <p>f) Assegurar a preparação do Orçamento e a prestação de contas da entidade contabilística Estado.</p> |
| Habilitação Literária: | Licenciatura |
| Descrição da Habilitação: | <p>Finanças, Gestão de Empresas, Contabilidade</p> <p>Sólida e comprovada experiência, igual ou superior a 4 anos, nas áreas de normalização, controlo e prestação de contas públicas, no âmbito da administração central, tendo presente os diversos momentos do processo orçamental, bem como no que envolve a Entidade Contabilística Estado, designadamente nas que decorrem das competências atribuídas ao Departamento de Análise e Prestação de Contas, constantes do artigo conforme atribuições previstas no artigo 3º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio.</p> <p>Perfil: Capacidade de coordenação, chefia ou direcção, em particular aos níveis de planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; responsabilidade e compromisso com o serviço.</p> <p>Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Entidade Orçamental ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa do Ministério das Finanças.</p> |
| Métodos de Selecção a Utilizar: | <p>Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redacção atual.</p> <p>Presidente: Dr. Filipe Jorge Dores Lopes Alves, Subdiretor-Geral da Entidade Orçamental;</p> |
| Composição do Júri: | <p>1º Vogal Efetivo: Dr. Paulo Ramos Silva, Subinspetor-Geral da IGF – Autoridade de Auditoria;</p> <p>2º Vogal Efetivo: Professora Doutora Maria Rosa Borges, do ISEG – Universidade de Lisboa.</p> |

| Local Trabalho | Nº Postos | Morada | Localidade | Código Postal | Distrito | Concelho |
|---------------------|-----------|-------------------------------------|------------|----------------|----------|----------|
| Entidade Orçamental | 1 | Rua da Alfândega, n.º 5 - 2.º andar | Lisboa | 1149004 LISBOA | Lisboa | Lisboa |

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Despacho n.º 605/2026, publicado no DRE 2.ª série de 20/1, e no jornal "O Público" de 21/01

Apresentação de Candidaturas

Local: Entidade Orçamental - Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º Andar, Lisboa

Formalização da Candidatura: As candidaturas devem ser enviadas por correio eletrónico para recrutamento@eo.gov.pt ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, para Entidade Orçamental, Rua da Alfândega, n.º 5 – 2º - 1149-004 Lisboa.

1. A candidatura deve ser formalizada em requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Entidade Orçamental, em envelope com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetida pelo correio registado, para a Entidade Orçamental, Rua da Alfândega n.º 5 - 2.º andar, 1149-004 Lisboa, ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico recrutamento@eo.gov.pt, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:

- Indicação da referência/código do concurso a que se candidata;
- Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou nº de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
- Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.
- Experiência profissional (cuja descrição poderá ser remetida para o Curriculum Vitae);
- Declarar o seu consentimento prévio para o envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento concursal para o endereço eletrónico que ali indicar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo;

h) Declarar o consentimento expresso do tratamento dos seus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, nos seguintes termos: "Eu, (nome completo), declaro para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, com a estrita finalidade de recolha e integração na base de dados deste procedimento e durante o período de tempo em que durar o mesmo.

2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
- Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
- Cópias legíveis dos comprovativos das ações de formação frequentadas, relevantes para o desempenho de funções no posto de trabalho a ocupar, obtidas desde 2021, com indicação da entidade que as promoveu, período em que decorreram e respetiva duração.
- Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública. Não serão aceites candidaturas expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

Contacto: 218846300

Data de Publicação 2026-01-21

Data Limite: 2026-02-04

Observações Gerais: Nível Orgânico: Ministério das Finanças
Organismo: Entidade Orçamental
Regime: Cargos não inseridos em carreiras
Cargo: Direção Intermédia de 1º grau
Área de Atuação: Diretor de Departamento de Análise e Prestação de Contas, da Entidade

Orçamental de acordo com o previsto no artigo 3º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio.

Remuneração: 3.742,10 EUR

Suplemento Mensal: 561,32 EUR de despesas de representação e 561,32 EUR de suplemento

Conteúdo Funcional: As funções inerentes ao cargo são as previstas no artigo 3º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura em Finanças, Gestão de Empresas, Contabilidade.

Perfil: Sólida e comprovada experiência, igual ou superior a 4 anos, nas áreas de normalização, controlo e prestação de contas públicas, no âmbito da administração central, tendo presente os diversos momentos do processo orçamental, bem como no que envolve a Entidade Contabilística Estado, designadamente nas que decorrem das competências atribuídas ao Departamento de Análise e Prestação de Contas, constantes do artigo conforme atribuições previstas no artigo 3º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio.

Capacidade de coordenação, chefia ou direção, em particular aos níveis de: planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; responsabilidade e compromisso com o serviço. Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Entidade Orçamental ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa do Ministério das Finanças.

Métodos de Seleção a Utilizar: Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Composição do Júri:

Presidente: Dr. Filipe Jorge Dolores Lopes Alves, Subdiretor-Geral da Entidade Orçamental;

1º Vogal Efetivo: Dr. Paulo Ramos Silva, Subinspetor-Geral da IGF – Autoridade de Auditoria;

2º Vogal Efetivo: Professora Doutora Maria Rosa Borges, do ISEG – Universidade de Lisboa.

Local de Trabalho

Local Trabalho: Entidade Orçamental

Nº Postos: 1

Morada: Rua da Alfândega, n.º 5 - 2.º andar

Localidade: Lisboa

Código Postal: 1149-004 Lisboa

Distrito: Lisboa

Conselho: Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provisão: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Órgão de Comunicação Social: Despacho n.º 605/2026, de 20/01.

Apresentação de Candidaturas

Local: Entidade Orçamental

Envio de Candidaturas para: recrutamento@eo.gov.pt

As candidaturas devem ser enviadas por correio eletrónico para recrutamento@eo.gov.pt ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, para Entidade Orçamental, Rua da Alfândega, n.º 5 – 2º - 1149-004 Lisboa.

1. A candidatura deve ser formalizada em requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Entidade Orçamental, em envelope com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetida pelo correio registado, para a Entidade Orçamental, Rua da Alfândega n.º 5 - 2.º andar, 1149-004 Lisboa, ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico recrutamento@eo.gov.pt, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:

- Indicação da referência/código do concurso a que se candidata;
- Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou n.º de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
- Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.
- Experiência profissional (cuja descrição poderá ser remetida para o Curriculum Vitae);
- Declarar o seu consentimento prévio para o envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento concursal para o endereço eletrónico que ali indicar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo;

h) Declarar o consentimento expresso do tratamento dos seus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, nos seguintes termos: "Eu, (nome completo), declaro para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679

do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, com a estrita finalidade de recolha e integração na base de dados deste procedimento e durante o período de tempo em que durar o mesmo.

2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
 - b) Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
 - c) Cópias legíveis dos comprovativos das ações de formação frequentadas, relevantes para o desempenho de funções no posto de trabalho a ocupar, obtidas desde 2021, com indicação da entidade que as promoveu, período em que decorreram e respetiva duração.
 - d) Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública.
- Não serão aceites candidaturas expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

Contacto: 218846300

Observações Gerais: Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar à audiência de interessados, em conformidade com o n.º 13º do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na sua redação atual.